

**ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL REALIZADA
AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO
ANO DE DOIS MIL E DOZE.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, às nove horas, no auditório da Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul/SC (ACISFS), presentes os *Conselheiros Titulares*: Fernando José Camacho, **Presidente do CAP/PSFS**, do **Bloco do Poder Público**; Paulo César Côrtes Corsi e Renato Gama Lobo, do **Bloco dos Operadores Portuários**; Getúlio Aprigio da Silva, do **Bloco da Classe dos Trabalhadores Portuários**; Italino Staniscia Filho, Carlos André Athanazio Veiga, Marcelo de Freitas Cortez e Luiz Antonio de Matos, do **Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins**; *Conselheiros Suplentes*: Fabio Lavor Teixeira, Michael Martins da Silva, Marcio Guiot B. Martins, Marcos Tadeu Arante e Christopher Camargo de Oliveira. *Autoridades*: Guilherme José Aguiar de Araujo (Capitão-de-Corveta da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul) e Tsuyoshi Ueda (Inspetor Chefe da Receita Federal). *Demais convidados*, em lista anexa.

Pauta: **1.** Abertura, verificação de presenças e aprovação da ata e 157ª Reunião Ordinária; **2.** Formalização pelo Presidente do Conselho; **3.** Relato do Sr. Paulo César Côrtes Corsi - Presidente da APSFS, sobre a situação das obras e ações realizadas no Porto de São Francisco do Sul; **4.** Assuntos Gerais: **4.1.** Credenciamento da empresa PODIUM – CETELPO, como Centro de Treinamento para atuar junto ao Porto de São Francisco do Sul (conforme apresentação em R.O. CAP – 23 de maio de 2012); **4.2.** Aprovação da proposta do OGMO, para instalar bafômetros no acesso às áreas do Porto Público e Privado (conforme apresentação em R.O. do CAP, em 23 de maio de 2012); **4.3.** Apreciação das complementações à I.N. 03/2012 – APSFS, que dispõe sobre isenção na armazenagem de carga de origem de Cabotagem Interior; **4.4.** Atualização do novo projeto de balizamento do canal de acesso da Baía da Babitonga, pelo Sr. Michael Martins da Silva. **5.** Encerramento.

Dando início à reunião, o Presidente do CAP, senhor Fernando José Camacho, cumprimentou a todos agradecendo a presença. Em especial, agradeceu à ACISFS pela cessão de usas instalações para a reunião do CAP. Após a composição da mesa de reunião, foi aprovada a ata da 157ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de maio de 2012. Na sequência, leu as correspondências enviadas e recebidas desde 23 de maio de 2012 até a data presente. Informou sobre a situação das obras do DNIT em Santa Catarina colhida na última reunião da Câmara de Transporte e Logística da FIESC. Abordou, também, a ligação hidroviária Joinville-São Francisco do Sul-Itapoá com previsão de retomada pelo DTER.

Dando sequência, o senhor Fabio Lavor Teixeira, representante do Governo Federal no CAP/PSFS como conselheiro suplente, ratificou que a SEP deseja manter estreita relação com os portos. Informou, ainda, sobre a inexistência de normas específicas na ANTAQ acerca da instalação dos bafômetros nos acessos às instalações portuárias. Comentou, também, sobre o PDZ do Porto de São Francisco do Sul, que se encontra em análise em departamento específico da SEP, adiantando que todos os pré-requisitos foram atendidos. Forneceu informações repassadas pelo Ministério do Exército sobre o andamento das obras do berço 201. Questionados pelo conselheiro Marcelo Cortez sobre o andamento do processo de delegação do Porto, respondeu que não há novidade, pois o assunto continua em discussão. O senhor Fernando Camacho agradeceu a presença e o apoio do senhor Fabio Lavor Teixeira, junto à SEP em Brasília.

Dando continuidade à reunião, o Presidente do Porto de São Francisco do Sul, Paulo César Côrtes Corsi, comentou brevemente sobre sua visita aos portos americanos, com foco na segurança portuária, gerenciamento portuário e canal de acesso.

Folha 2 da ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE.

Indagado pelo Presidente do CAP sobre as medidas que o governo de Santa Catarina estaria implementando para compensar os efeitos da Resolução 72, o senhor Paulo Corsi respondeu que foi criado um grupo de trabalho, com a participação de várias Secretarias de Estado, para receber e analisar as sugestões de ações. Quanto ao Porto, as reivindicações pontuadas abrangeram: duplicação da BR-280; contorno ferroviário de SFS; pêra rodoferroviária de acesso ao porto; implantação do berço 401 e retroárea; prosseguimento da derrocagem e dragagem, tendo Itapoá incluído o aprofundamento do canal de acesso. Comentou ainda sobre as reuniões mensais estabelecidas pela SEP, onde devem comparecer todos os portos. Relativamente à obra do berço 201, informou que a data formal para sua conclusão é dezembro do ano em curso. Registrou que o projeto de balizamento náutico se encontra em fase final, assim como a realização de batimetria.

O conselheiro Carlos Andre Athanzio Veiga perguntou se, no elenco das obras elencadas anteriormente, foi excluída a via expressa portuária. O Presidente da APSFS respondeu positivamente e que, independente da duplicação da BR-280, o Governo retomará o processo da rodovia SC-280.

O Presidente do CAP ressaltou a importância de convidar o Secretário de Estado da Infraestrutura de Santa Catarina para participar de reunião do CAP visando tratar das intervenções destacadas pelo senhor Paulo Corsi e, ainda, do projeto da duplicação da SC 301, trecho São Francisco do Sul/Enseada, acesso sul à BR-101, via Araquari, e da ligação rodoviária interiorana de Joinville à Araquari, até a BR-280.

O conselheiro Luiz Antonio de Matos indagou do Presidente da APSFS se existe algum projeto para preencher o espaço gerado pelo realinhamento do berço 201. O senhor Paulo Corsi respondeu que sim e explicou o que gerou aquela situação.

O conselheiro suplente Marcio Guiot Braga Martins perguntou sobre as soluções quanto aos novos experimentos com manobras noturnas, visto que as restrições noturnas estão ocasionando repercussões comerciais negativas. Em resposta, o Presidente da APSFS informou que as medidas já foram tomadas e que os atrasos ocorridos foram involuntários. Registrou as gestões feitas junto à autoridade marítima e que, no tocante à sinalização, é necessário aguardar as aprovações finais da área técnica. Lembrou, ainda, que talvez algumas restrições sejam mantidas aos portos envolvidos. O conselheiro Marcio Guiot voltou a se manifestar para ressaltar que com a adequação da sinalização não deveria haver mais restrições. Ainda sobre a questão, o senhor Paulo Corsi comentou tais assuntos devem ser discutidos com a Praticagem.

O Capitão de Corveta Guilherme José Aguiar de Araújo, Delegado da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul, abordando o processo de inclusão do novo balizamento, ressaltou que será um primeiro passo para as alterações de manobras noturnas, lembrando que devem ser levados em consideração, vários outros fatores como, por exemplo, a geometria do canal. Frisou que a questão das manobras noturnas não estará totalmente resolvida com a colocação do novo balizamento. Ainda no tema em discussão, o senhor Fernando Cortez perguntou o que poderia ser feito para evoluir esse assunto. Sugeriu a elaboração de um grupo de trabalho com a Praticagem ou fazer um novo projeto de bóias. Voltando a se manifestar, o Delegado da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul destacou que existem as normas e que se precisa de subsídios técnicos que permitam a aprovação das questões.

O Presidente do CAP solicitou maior acompanhamento da APSFS às reuniões do grupo de trabalho que está tratando do novo regulamento de exploração do Porto, visto que a reunião agendada para hoje foi transferida. Ressaltou, igualmente, que a questão da tarifa portuária não foi mais discutida, bem como o fato de não terem sido repassadas, para prévio conhecimento dos conselheiros, as informações solicitadas à APSFS em reunião passada, para permitir a apreciação e aprovação da IN 03-12 da APSFS. Comentou, ainda, a importância da divulgação das ações que estão sendo implementadas no Porto.

O Presidente da APSFS destacou que o grupo de trabalho vem se reunindo mas, que na data prevista, ocorreu um compromisso de última hora que impediu a sua participação e do senhor Oscar Schmidt que, também, vem auxiliando na condução do grupo. Sugeriu que se quiserem se reunir sem sua presença, não há problemas.

Folha 3 da ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE.

O conselheiro suplente Michael Martins da Silva comentou que o reagendamento de reuniões complica a agenda, principalmente dos integrantes que vem de outras cidades, e solicitou que a reunião fosse realizada sem sua presença. O senhor Paulo Corsi respondeu que não haveria problema. A maioria dos conselheiros achou que deveriam se reunir em outra data, onde todos estivessem presentes, pois também as agendas já haviam sido readequadas.

O senhor Paulo Corsi, ao abordar a questão das tarifas que foi tratada com o Ministro, destacou que a ANTAQ autorizou um reajuste nas tarifas, mas como as repercussões são significativas, o Presidente da APSFS sugeriu que fossem feitos a cada ano, ou a cada dois anos.

O senhor José Eduardo Bechara comentou que, com a tentativa de se conquistar mais linhas de contêineres, foram feitos cálculos comparando custos com portos vizinhos com a conclusão que a diferença do custo total é muito pequena, não chegando a 10%, notando o lado do armador.

Ainda acerca das tarifas, o Presidente da APSFS destacou que a ANTAQ tem que formalizar seu posicionamento para submissão ao CAP visando sua aprovação. Ratificou que a tabela tem que ser corrigida.

O senhor Fernando Camacho abordou a atual carência de infraestrutura e pediu atenção quanto ao aumento de tarifa para não gerar reflexos na movimentação do Porto. Solicitou do Presidente da APSFS, o fornecimento dos dados complementares para permitir a apreciação da Instrução Normativa (IN) 03-12 da APSFS, que isenta por trinta dias a armazenagem de carga de origem de cabotagem interior, gerando com essa decisão, a Deliberação 120/12-CAP/PSFS. O senhor Paulo Corsi comentou sobre a IN que objetiva criar mecanismos para manter as linhas existentes e atrair um movimento maior. Citou dados dos últimos seis navios onde a cobrança de armazenagem foi nula.

O conselheiro Marcelo Cortez ressaltou que, na reunião passada, foram solicitadas informações acerca do volume de contêineres e o espaço físico utilizado no Porto público.

O senhor José Eduardo Bechara abordou a ociosidade atual do porto, referentemente aos contêineres, em função da saída de dois serviços, e afirmou que não haveria grande impacto. Sugeriu dar à isenção um prazo (seis meses) para ver avaliar o impacto ocasionado. O conselheiro Marcelo Cortez sugeriu uma reanálise do assunto. O Presidente da APSFS justificou que a iniciativa é para favorecer e manter o armador. Como não tem impacto econômico, no lado comercial faz sentido.

O senhor Clauber Angelo Candian comentou sobre a intenção de trazer carga para São Francisco do Sul e que a retirada de qualquer carga prejudicará outras cargas. O senhor José Eduardo Bechara explicou que não se trata de berço e sim de retroárea.

O Presidente do CAP reiterou que os conselheiros necessitam das informações solicitadas para apreciar a IN. O senhor Paulo Corsi solicitou as informações necessárias para que possam ser repassadas aos conselheiros. Se tratarem de quantidades, o TESC é quem deve fornecer os dados pelo fato do armador operar lá.

O conselheiro suplente Michael Martins da Silva sugeriu ser pautado a frequência.

O Presidente do Porto abordou a queda na movimentação de contêineres do Porto e a importância de se manter o que tem e trazer mais contêineres. Nesse cenário, essa medida faz todo o sentido e não se pode perder o armador que se tem hoje. Falou ainda que hoje não existe problema de espaço dentro do Porto.

O conselheiro Marcelo Cortez perguntou se a IN em questão continua válida, ao que o senhor Fernando Camacho respondeu que ela estaria válida até a data presente.

O senhor José Eduardo Bechara falou que irá fornecer os dados solicitados pelo conselheiro Marcelo Cortez.

O conselheiro suplente Christopher Camargo de Oliveira perguntou qual o objetivo da mudança, se para ter aumento de carga ou manter o armador, essas condições já existem no TESC.

Folha 4 da ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE.

O senhor Paulo Corsi informou que o objetivo principal é manter o armador e questionou o senhor Bechara quanto a não cobrança da taxa no TESC. Este informou que o Terminal não cobra por trinta dias para uns clientes, vinte ou quinze dias para outros. Citou a operação mensal dos contêineres.

O conselheiro Renato Gama Lobo citou a nova lei do transporte.

O Presidente da APSFS reforçou a informação de que o cliente pediu janela no Porto público. Informou a possibilidade de aumento de carga e, talvez, a atração de outros. O CAP estará assumindo a responsabilidade do que possa acontecer, pois as duas janelas foram solicitadas pelo armador.

O senhor Fernando Camacho voltou a ressaltar a importância da obtenção dos dados solicitados, em mãos, para que o CAP possa ter o respaldo para aprovar, ou não, a IN.

O conselheiro Getulio Aprigio da Silva falou que se o TESC já tem o cliente, o porto público deveria atender outros segmentos. Mencionou o Porto como local para giro de carga e não para a armazenagem de carga. Questionou, também, a colocação de bobinas no Porto de Itapoá. Mencionou, ainda, que o CAP solicitou as informações e não foi atendido.

O senhor Paulo Corsi justificou que o senhor Gilberto de Freitas, na reunião passada, representando-o, não entendeu o solicitado e que deveria ser enviado previamente para conhecimento. Informou não haver desrespeito para com o CAP e esclareceu que será encaminhado, via correio eletrônico, para conhecimento dos membros do Conselho. Solicitou que continue em vigor a aprovação “ad referendum” da IN até a próxima reunião.

O conselheiro Getulio Aprigio da Silva indagou se o aumento da tarifa influenciaria na permanência das linhas. O senhor Paulo Corsi respondeu que sim, pode, e que o armador vai sentir muito mais com o aumento da tarifa.

O Presidente do CAP sugeriu marcar uma reunião extraordinária, em quinze dias e que, nesse espaço de tempo, a APSFS encaminhe as informações solicitadas. Pediu que o CAP seja mantido informado de todas as ações que o Porto vem tomando.

O Presidente do CAP solicitou a avaliação do senhor Paulo Corsi sobre a implantação, pelo OGMO, dos bafômetros na área portuária, O Presidente da APSFS respondeu que são necessários mais detalhes quanto ao sugerido e perguntou como se dará o processo do posto de vista operacional. Solicitou aprofundamento do assunto, com definição dos critérios e documentação formal. O senhor Liete Amorim (Diretor do OGMO-SFS) informou que foram feitos estudos e que alguns portos implantaram esse sistema, realizado por amostragem. Informou que apresentará um quadro mais detalhado para mostrar o funcionamento nesses portos.

O senhor Sandro Porto (trabalhador avulso, Presidente da CPATP) informou que a idéia é implantar para todas as pessoas que entram no Porto. A sugestão foi o CAP autorizar a implantação para depois ver quais as medidas a serem tomadas. O senhor Paulo Corsi registrou a existência de um parecer que não proíbe sua aplicação, mas que se precisa de mais detalhes a respeito. O conselheiro suplente Michael Martins da Silva comentou que existe um “mix” de operadores vinculados, e então, questionou se o OGMO será a fonte fiscalizadora deles.

O senhor Fernando Camacho ressaltou a necessidade da apreciação, com maior detalhamento, das formas legais para colocar em prática o proposto, tendo em vista que abrangerá todos os trabalhadores. Citou ainda, fazer uma consulta formal à ANTAQ. O senhor Liete Amorim (Diretor do OGMO-SFS) comentou sobre um fórum que disciplina as atividades dos trabalhadores avulsos e que a comissão paritária tem sido soberana. Informou, ainda, que montará um projeto para ser apresentado.

O Presidente do CAP, agradecendo a presença, solicitou ao senhor Tsuyoshi Ueda (Inspetor Chefe da Receita Federal) informações, na visão da Receita Federal, acerca da repercussão do cenário do comércio mundial na movimentação do Porto de São Francisco do Sul,

Folha 5 da ATA DA 158ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE.

Respondendo, o Inspetor Chefe da Receita Federal informou que o impacto foi bastante significativo com acentuada diminuição na movimentação do PSFS. Citou as ações do CAP como fundamentais para reverter o cenário acima e que a Receita Federal, sem deixar de exercer seu papel, é parceira. O conselheiro Luiz Antonio de Matos questionou sobre a Resolução 72 e se existem dados que mensurem o impacto. O senhor Ueda comentou que a arrecadação diminuiu 30% e que, no último mês, houve uma recuperação. Destacou, também, que dentre os portos catarinenses, o maior impacto foi observado em São Francisco do Sul. Complementando, teceu algumas considerações referentes ao porto seco.

O senhor José Eduardo Bechara, acerca dos efeitos da resolução 72, observou ela que teve um único impacto sobre um tipo de carga que migrou para Vitória (ES). Citou, ainda, algumas participações em reuniões sobre porto seco nas regiões de Joinville e Garuva. Finalizando, salientou que todo porto precisa ter uma opção para desafogar carga de importação.

O senhor Fernando Camacho registrou a necessidade de identificar cargas catarinenses para exportar. Citou alguns exemplos, dentre outros, como a areia quartzosa e blocos de rocha ornamentais. Destacou a importância da atuação da ACISFS na identificação de materiais e produtos com potencialidades de exportação. Fez referências a uma publicação do Governo do Estado que caracteriza detalhadamente as rochas ornamentais catarinenses. Comentou ainda sobre as carências de infraestrutura de acessos ao Porto de São Francisco do Sul, o eixo ferroviário leste-oeste e a ferrovia litorânea.

Dando sequência à reunião, o Presidente do CAP colocou à apreciação dos Conselheiros, a solicitação da empresa Podium-Cetelpo em se credenciar como centro de treinamento profissional aos trabalhadores portuários avulsos, registrando que a apresentação da empresa aos Conselheiros do CAP foi realizada na 157ª Reunião Ordinária do CAP. O conselheiro Getúlio Aprigio da Silva registrou que fez uma pesquisa acerca da empresa Podium não constatando nada negativo em seu nome, em termos de prestação de serviços. Com a devida submissão aos Conselheiros, foi aprovado, por unanimidade, o credenciamento da empresa Podium-Cetelpo, pelo Conselho de Autoridade Portuária do Porto de São Francisco do Sul, gerando a Deliberação 121/12 CAP/PSFS.

O conselheiro Getúlio Aprigio da Silva, voltando a se manifestar, justificou, ainda, a ausência do conselheiro Celso dos Santos, parabenizou o OGMO pelos serviços que vêm prestando, e sugeriu a utilização do prédio do INSS como centro de treinamento.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Fernando José Camacho agradeceu a presença de todos e à ACISFS pela cessão do local para a reunião. Agendou a próxima reunião para o dia 18 de julho de 2012.

Esta ata foi lavrada pela Secretária do CAP, que a assinou e que, depois de lida e aprovada, será assinada, também, pelos Conselheiros presentes.

São Francisco do Sul, 28 de junho de 2012.

Fernando José Camacho
Presidente

Conselheiros:

Paulo César Côrtes Corsi

Renato Gama Lobo

Getúlio Aprigio da Silva

Italino Staniscia Filho

Vanessa Costa de Freitas
Secretária

Carlos Andre Athanzio Veiga

Marcelo de Freitas Cortez

Luiz Antonio de Matos